

ANEXO I

(Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante)

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR

Eu, _____,
na qualidade de _____, sob as
penas da Lei, declaro:

() que NÃO POSSUO vínculo familiar de cônjuge, companheiro/a ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, com reitor, pró-reitor(a), diretor(a)-geral ou servidor(a) ocupante de cargo em comissão, função de confiança de direção, chefia ou assessoramento no IFCE; ou

() que POSSUO vínculo familiar de cônjuge, companheiro/a ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, com reitor(a), pró-reitor(a), diretor(a)-geral ou servidor(a) ocupante de cargo em comissão, função de confiança de direção, chefia ou assessoramento no IFCE, a seguir nominalmente relacionados:

Nome do familiar	Parentesco	Cargo ou função

DECLARO TER CIÊNCIA de que, nos termos do art. 3º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, é vedada, no âmbito de cada órgão e entidade do Poder Executivo federal, nomeação, contratação ou designação de familiar de reitor(a), pró-reitor(a), diretor(a)-geral e outros ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança de direção, chefia ou assessoramento, para:

I - cargo em comissão ou função de confiança;

II - atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, salvo quando a contratação tiver sido precedida de regular processo seletivo; e

III - estágio, salvo se a contratação for precedida de processo seletivo que assegure o princípio da isonomia entre os concorrentes.

[...]

§ 3º É vedada também a contratação direta, sem licitação, por órgão ou entidade da administração pública federal de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função

de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão e de cada entidade."

Declaro que são verdadeiras todas as informações prestadas, ciente de que a omissão ou não veracidade das informações acarretará a aplicação das medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive a instauração de processo criminal nos termos do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL E DATA)

(assinatura)

REPRESENTANTE LEGAL

CPF nº:

RG nº: